

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.250 - SP (2019/0297067-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : JOSELITO GUEDES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : JOSELITO GUEDES DE OLIVEIRA - SP288625  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDSON ANDRADE MELO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Edson Andrade Melo** - condenado à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do Código Penal, porque, na data de 27/11/2018, subtraiu, agindo em concurso de agentes e com grave ameaça mediante emprego de arma de fogo, diversos bens pertencentes a empresa Comércio de Produtos Alimentícios Tunis Ltda. - ME (fls. 22/27) –, apontando-se como autoridade coatora a 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação n. 1502833-82.2018.8.26.0228/SP).

Alega-se, em síntese, que não foram apontados fundamentos idôneos a fim de justificar a fixação do regime inicial fechado. Postula a concessão da ordem para que seja determinado o cumprimento da pena no regime inicial semiaberto.

É relatório.

O Juízo de Direito da 22ª Vara Criminal do Foro Central da Barra Funda/SP (Ação Penal n. 1502833-82.2018.8.26.0228/SP) determinou o regime inicial fechado com base nos seguintes fundamentos (fl. 25/26):

O regime inicial de cumprimento da pena corporal será o fechado.

Justifico.

À evidência estamos diante de crime de extrema gravidade (roubo), o qual é crescente na capital, assolando a vida diária das pessoas, colocando a comunidade ordeira em verdadeiro pânico, obrigando os comunas a manterem-se atrás das grades das casas e edifícios em verdadeira clausura, na vã tentativa de atravessar o tempo em que vivemos imunes às investidas de personalidades mal formadas que não hesitam em avançar no patrimônio alheio, desapossando as pessoas de seus pertences.

A submissão da vítima a tal tipo de ataque a traumatiza de forma irreversível, gravando uma nódoa indelével e desagradável em sua memória, o que importa, também, na visualização de alcance a seus familiares, sem cogitar-se no desfalque patrimonial.

Dai a insuperável ponderação do Juiz Volney Corrêa Leite de Moraes Júnior *in* Em torno do roubo, Editora Millennium, pg. 23, *in verbis*: Os juízes dotados de

# Superior Tribunal de Justiça

sensibilidade humana e atentos às inquietações da população ordeira; os juízes que não se encerram em torres de marfim e mantêm responsavelmente olhos e ouvidos abertos ao que se passa na sociedade a que servem; os Juízes que têm olhos de ver e, por isso mesmo, se escandalizam, também como pais de família, com a temibilidade mais e mais aguda e desenfreada dos malfeitores; os juízes que se recusam a ignorar que os cidadãos pacatos são alcançados pelos rapinantes onde quer que estejam: no recesso de seus lares, nos seus meios de transporte, nos logradouros públicos, nos templos, em seus locais de trabalho etc.; esses juízes estão perfeitamente compenetrados da superlativa gravidade do roubo, classificação que só um alienado ousaria impugnar. Daí ser fato comum justificarem a imposição de regime fechado pela só e bastante consideração de constituir o roubo um delito grave, haja vista que severamente apenado (embora não tanto quanto deveria).

Afora tal ponderação, não se mostra necessário verter rios de tinta a identificar que o delito de roubo revela extrema periculosidade do agente. A audácia dos ladravazes é cada vez maior, reclamando do Poder Judiciário especial atenção, por certo severa e em pronta resposta àqueles que são condenados pela prática de tão grave comportamento criminoso.

Em que pese o *quantum* da pena aplicada, apenas pelo critério objetivo, autorizasse a decretação de regime semi-aberto, entendo não guardar este suficiência adequada à gravidade concreta do delito, mormente porque praticado com o emprego de arma de fogo, o que denota especial periculosidade dos agentes.

Assim, fixo o regime fechado para que iniciem o cumprimento.

[...]

Na espécie, inexistente fundamentação idônea para a fixação do regime fechado, conforme, inclusive, já reconheci com relação ao corréu, em idêntica situação fático-processual, nos autos do HC 531.730/SP.

Isso porque, fixada a pena-base no mínimo legal (4 anos) e consideradas como favoráveis todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, além da pena definitiva (6 anos e 8 meses de reclusão), tendo em vista a primariedade do paciente, cabível a fixação do regime inicial **semiaberto** para início de cumprimento da pena do paciente, nos termos do art. 33, § 2º, *b*, do Código Penal.

Nesse sentido: *sendo os pacientes primários, fixada as penas-base no mínimo legal e consideradas como favoráveis todas as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, o regime inicial semiaberto mostra-se mais adequado para o resgate da reprimenda, nos termos do art. 33, § 2º, alínea c, do Código Penal* (HC n. 506.967/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 27/5/2019). Igualmente: HC n. 465.197/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 19/3/2019.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem de *habeas corpus* para determinar o regime semiaberto para início de cumprimento de pena do paciente (Ação Penal n. 1502833-82.2018.8.26.0228/SP).

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

